

Informações Divulgadas nos Relatórios de Responsabilidade Social: o caso da FEBRABAN

Ana Paula Ferreira da Silva (Faculdade Boa Viagem/Faculdade Santa Catarina) – anapafesilva@hotmail.com

Marivaldo Bastos Souza (Faculdade Boa Viagem) - marivaldo.bs@gmail.com

Myron Palhano Galvão Sobrinho - (Universidade Federal de Alagoas) - myron_72@hotmail.com

Erica Xavier de Souza (Universidade Federal de Alagoas) – exsouza@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho fala sobre informações divulgadas nos relatórios de responsabilidade da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). O Objetivo principal deste estudo é identificar quais são as principais informações sócio-ambientais evidenciadas nos relatórios de responsabilidade social, publicadas pela organização em questão, no período de 1993 a 2008. A escolha da FEBRABAN como estudo de caso, se deve ao fato desta instituição ter sido uma das pioneiras na publicação da Demonstração do Valor Adicionado no Brasil. Os relatórios dos anos de 2002 a 2008 foram obtidos através do sítio da instituição, já os relatórios de 1993 até 2001 foram adquiridos através de solicitação formal, encaminhado pelos pesquisadores deste artigo. Os resultados das pesquisas demonstraram, a partir de 2002, um aumento das informações sociais divulgadas, e estas se concentraram no público interno, com destaque: as informações sobre quantidade de funcionários por: gênero; cor; e tempo de casa. Além disso, foi possível verificar nos relatórios da organização: a utilização de recursos gráficos, quadros e ilustrações para auxiliar na evidenciação da responsabilidade social, o aumento do valor da riqueza gerada pela instituição com relação aos últimos dois anos, bem como, constatar os acionistas como as pessoas que mais receberam riquezas.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social. Relatório de Responsabilidade. Balanço Social

1. INTRODUÇÃO

É inegável, nos últimos anos, o crescimento da importância da temática de responsabilidade social, bem como a mudança do comportamento de varias organizações. De acordo com Oliveira (1984, p.205), a responsabilidade social representa “a capacidade da empresa de colaborar com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos”.

Por outro lado, além de introduzirem as políticas de responsabilidade social, um dos grandes desafios encontrados pelas entidades consiste em como demonstrar e prestar contas de forma concreta, transparente e detalhada dos resultados gerados por tais práticas.

Neste contexto, surge a Contabilidade Social, que tem como finalidade o auxílio às organizações na evidenciação dos investimentos realizados no âmbito social e dos seus respectivos impactos na sociedade em geral. Entretanto, a evolução de uma área de conhecimento dá-se, principalmente, através de pesquisas de professores, estudantes e profissionais na criação e aplicação de novas teorias ou no incremento das iniciativas já existentes para compreender, promover e desenvolver o conhecimento, sendo este um elemento chave para melhorar a eficiência e seus mecanismos de controle.

Sendo assim, pretendem-se analisar, de forma preliminar, as principais informações de natureza socioambiental evidenciadas nos relatórios de responsabilidade social publicadas pela Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), durante o período de 1993 a 2008. Devido ao peso tão importante, da entidade em questão, no sistema financeiro brasileiro e considerando que seu quadro de associados representa mais de 75% dos bancos registrados no Banco Central do Brasil, além de ter sido a pioneira no Brasil em elaborar e publicar a demonstração do valor adicionado.

Para um melhor entendimento, optou-se por conduzir este trabalho com a finalidade de responder as seguintes perguntas, constituídas como problema de pesquisa:

- a) Entre os principais recursos existentes para condensar informações (gráficos, quadros, tabelas e ilustrações), quais foram os mais utilizados pela FEBRABAN?
- b) Como se deu a evolução do valor adicionado da FEBRABAN no período de 16 (dezesesseis) anos e se houve preferência por algum dos agentes beneficiados (acionistas, governo e colaboradores internos)?
- c) Que informações são apresentadas nos relatórios analisados para evidenciar o desenvolvimento social na área de recursos humanos?
- d) Quais foram às ações sociais desenvolvidas pela FEBRABAN voltadas para o público externo e qual o progresso do montante investido?
- e) Considerando a atividade principal dos bancos como não agressora direta do meio ambiente, que informações de caráter ambiental foram evidenciadas nos relatórios da FEBRABAN e quanto foi investido nesta área ao longo destes 15 (quinze) anos?

Por último, esta análise também se justifica pelo aparente interesse profissional e acadêmico sobre esta temática, comprovado, comprovado pela criação de grupos de pesquisa, surgimento de revistas especializadas, cursos para profissionalização de gestores sociais, assim como diversas ações, de vários setores, no sentido de elaborar estratégias visando à inclusão social, com investimento do setor privado.

2. REFERENCIAL TEORICO

Para o desenvolvimento deste trabalho foram considerados quatro temas como de fundamental importância: Responsabilidade Social Corporativa, Balanço Social (BS), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Evidenciação de informações socioambientais.

2.1 – RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A primeira referência ao tema aconteceu durante a fase de revisão bibliográfica, através de Howard Bowen, em estudo publicado em 1953, nos Estados Unidos, portanto, aparentemente pode-se dizer que o termo responsabilidade social foi criado por Bowen (CORREIA E MEDEIROS, 2003).

Tal estudo faz parte de “um grande estudo sobre Ética e Vida Econômica Cristã, que foi iniciado em 1949 pelo Conselho Federal das Igrejas de Cristo da América, o qual, no início de 1951, tornou-se o Conselho Nacional das Igrejas de Cristo dos Estados Unidos da América, ao se juntar várias outras seitas, totalizando 29 seitas protestantes e ortodoxas. Daí pode-se perceber como o tema responsabilidade social traz consigo, desde o seu surgimento, uma relação com a religião e a fé, um apelo à moral do homem”.

Bowen (1957 *apud* Correia e Medeiros, 2003, p.155) define Responsabilidade social como “as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomarem decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”.

De acordo com a definição de Bowen, que não especifica tais “fins e valores da sociedade” e nem quais são "as linhas de ação" dos quais são utilizados para a sua definição,

não é correto relacionar o comportamento do empresário às necessidades sociais, portanto, torna-se difícil a conclusão do comprometimento da empresa com a responsabilidade social. A respeito disso, Correia e Medeiros (2003) comentam que os empresários chegam a conhecer as necessidades das sociedades, mas, nem sempre as suas ações realmente são voltadas para atender essas necessidades.

Diferentemente, autores como Friedman (*apud* Montana e Charnov, 1998, p.34), defendiam que é contrário a qualquer ação empresarial que não seja voltada aos interesses econômicos da própria empresa e Samuelson (*apud* Guimarães, 1984, p.216) acreditava: “somente as organizações monopolistas podem desenvolver programas sociais, já que estas podem repassar os custos de programas sociais aos consumidores, mantendo seu lucro no mesmo patamar”.

Sob a perspectiva inicial, Davis, conforme análise de Guimarães (1984, p.216) e Montana e Charnov (1998, p.32), possuem o argumento:

A responsabilidade social da empresa deriva de seu poder social; como as decisões empresariais têm conseqüências sociais e como a empresa é a maior potência do mundo contemporâneo, suas decisões não podem ser tomadas unicamente por fatores econômicos, devendo a empresa, obrigatoriamente, guiar-se por fatores econômicos e sociais, assumindo a sua responsabilidade social correspondente. Quanto ao custo incorrido em ser socialmente responsável, Davis, como Samuelson, argumenta que o consumidor deve arcar com este pelo aumento de preço.

Verificando conceitos contraditórios sobre o assunto, surgiu uma necessidade de diferenciar duas questões: obrigação social e responsabilidade social. Diferentemente de Friedman, Oliveira (1984, p.205), pondera sobre a grande diferença entre a responsabilidade social da obrigação social e explora que “o simples cumprimento das obrigações legais, previamente determinadas pela sociedade, não será considerado como comportamento socialmente responsável, mas como obrigação contratual óbvia, aqui também denominada obrigação social”.

O conceito de responsabilidade social ainda é bastante discutido e de difícil compreensão devido sua subjetividade, ao qual, depende da interpretação de cada indivíduo sobre este tema. Contudo, essa dificuldade de entender e analisar este assunto traz grandes problemas na execução da responsabilidade social corporativa. Oliveira (1984, p.19) especifica alguns autores que compreenderam este problema, como:

Davis, Garner e Zenisek, entre outros, ao alegarem que a responsabilidade social é um alvo em movimento, Oliveira escreve ainda que, para Garner, esta é uma das mais complexas e desconcertantes questões da administração, pois, não há limites para possível variedade de ramificações discutíveis.

Existem conceitos semelhantes, tal como se referem os autores Bowen e Oliveira, mesmo sendo elaborados com quase trinta anos de diferença entre um e outro, deixando claro que eles não traduzem semelhança em seus significados, ou seja, dependerá do contexto sob os quais foram escritos.

O conceito de Bowen, data da época do *welfare state*, cujo significado era: o estado cujo governo proporciona o bem-estar de seus cidadãos por meio de leis sociais, onde suas ações sociais eram basicamente filantrópicas. As empresas, na época, não sofriam tanta pressão da sociedade, como a verificada atualmente. Já Oliveira (1984), retrata na década dos anos 80, a modernização dos países capitalistas, transformando seus sistemas em estados neoliberais.

Melo Neto e Froes (2001 *apud* KARKOTLI, 2006, p.71) menciona a visão da responsabilidade social, no princípio do século XX, como uma: “ação caridosa, típica dos capitalistas do início do século, que utilizavam filantropia como forma de expiração dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis”.

Talvez através da concepção estabelecida, em que a Responsabilidade social foi considerada “ações de caridade”, é que a temática ainda seja comumente deturpada. Todavia,

Melo Neto e Froes (2001 *apud* KARKOTLI, 2006, p.67), distinguem a filantropia da responsabilidade social:

A filantropia é individualizada, pois a atitude e a ação são do empresário. A responsabilidade social é uma atitude coletiva e compreende ações de empregados, diretores e gerentes, fornecedores, acionistas e até mesmo clientes e demais parceiros de uma empresa. É, portanto, uma soma de vontades individuais e reflete um consenso. A responsabilidade social é uma ação estratégica da empresa que busca retorno [...] A filantropia não busca retorno algum, apenas o conforto pessoal e moral de quem a pratica.

Ashley (2002, p.6) corrobora a opinião de Fernando Almeida, e acrescenta informações para um juízo mais completo, atribuindo a Responsabilidade social como um compromisso contínuo nos negócios pelo comportamento ético e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Pressupõe-se a realização de decisões empresariais que sejam resultado da reflexão sobre seus impactos sobre a qualidade de vida atual e futura de todos que sejam afetados pela operação da empresa.

Para Srour (1998, p.294), o fato de uma organização utilizar valores éticos e morais, nem sempre demonstra um negócio lucrativo. Contudo, o autor citado anteriormente reconhece a evidência como representante de um passo decisivo para a “saúde” das empresas, já que, conforme Moreira (1999), o comportamento ético por parte da empresa atualmente é exigido e esperado pela sociedade.

2.2 – BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para De Luca (1998, p. 23) o balanço social surgiu para atender às necessidades de informação e demonstração social, ou seja: "é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e, principalmente, avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade".

É difícil estabelecer com precisão a origem do balanço social. Talvez, iniciou-se a partir dos relatórios com informações e dados a respeito de funcionários, bem como, tudo dentro de uma organização. Com o passar dos anos, foram se adaptando às novas necessidades do mercado, da sociedade e seus usuários.

No final da década de 60, no continente europeu, basicamente na França e Alemanha, existiram movimentos estudantis que causaram problemas sociais. Foram apresentadas várias iniciativas em relação à responsabilidade social das organizações e foi consolidada a indignação de expor um relatório das atividades com as causas sociais e as diversas mudanças patrimoniais. Deu-se, portanto a denominação de forma genérica, “balanço social”. Na Europa, a Responsabilidade social foi difundida a partir da década de 70.

As entidades cristãs tiveram grande participação no surgimento do balanço social no Brasil. No estado de São Paulo, datado em 1961, foi instituída a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) para servir como um administrador operacional da *Union Internationale Chrétienne de Dirigeants d'Enterprise* (UNIPAc). Em 1965, a ADCE instituiu a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas. Mas, somente no ano de 1974 é que efetivamente foi descoberta uma alusão ao balanço social. No ano de 1977, dentre os assuntos mais discutidos, estava o balanço social.

A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), na década de 80, foi instituída pela ADCE com o propósito de promover e propagar as questões sociais nas organizações e ajudá-las nesse aspecto, elaborando um modelo de balanço social. Todavia, só foram iniciadas em meados de 90. Poucas empresas utilizaram os balanços e relatórios sociais, para evidenciar todas as obras executadas, fossem elas em benefício da sociedade, meio ambiente ou de seus próprios trabalhadores.

Verifica-se, atualmente, a demonstração do valor adicionado como talvez, o item mais elaborado e reportado na prática do Balanço social no Brasil. A Demonstração do valor adicionado, segundo De Luca (1998, p. 35) é o relatório “que informa como a riqueza é gerada pela empresa e como ela é distribuída para os variados elementos que participam da sua cadeia produtiva num determinado período de tempo”. Cadeia produtiva que é a geradora do valor (riqueza).

Esse conceito de valor adicionado é semelhante ao valor adicionado da macroeconomia, utilizado para medir o nível de atividades econômicas de um país, isto é, a idéia empregada para mensuração do Produto Interno Bruto (PIB). É neste momento, tanto do ponto de vista econômico quanto do contábil, que na contabilidade social os itens: valor agregado, riqueza produzida, distribuição de riqueza, cadeia produtiva, se fundem.

Assim sendo, o balanço social, contendo a demonstração do valor adicionado, revela a parte da empresa contribuinte para a formação do PIB e o modo como esse valor é distribuído para a sociedade por intermédio dos variados componentes pertencentes da cadeia produtiva.

2.3 – EVIDENCIAÇÕES DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Com a evolução da contabilidade, concomitantemente com a sociedade, passou a haver uma preocupação em oferecer informações mais claras, oportunas, úteis e relevantes para subsidiar a tomada de decisão de seus usuários.

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) (*apud* HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 511) afirma que a divulgação financeira deve fornecer informação útil para a tomada de decisões racionais de investimento, concessão de créditos, dentre outros, por investidores e credores atuais e futuros, bem como, outros usuários. Apesar de ser uma visão muito restrita ao aspecto financeiro do patrimônio das empresas, também se aplica aos aspectos sociais.

Por outro lado, é cada vez mais comum, um investidor potencial, antes de tomar a decisão de investir em empresa socialmente e ambientalmente responsável, acercar-se das informações oferecidas pela contabilidade através do balanço socioambiental e da DVA, com a divulgação dos recursos destinados a programas antipoluentes e tecnologias mais saudáveis, entre outros.

Sendo assim, para o êxito da Contabilidade social é necessária a adoção de uma gestão eminentemente participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam a organização. Utilizar-se de instrumentos de controle como a auditoria social, e demonstrar as variações quantitativas e qualitativas através do balanço social, com função primordial de complementar as demonstrações tradicionalmente extraídas dos registros contábeis.

3. METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O objeto de estudo deste estudo é a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), constituída desde 1987, com a finalidade de representar os seus associados nas três esferas do poder: executivo legislativo e judiciário, com o objetivo de melhoria e ampliação das normas e proteção, de favorecendo o acesso a população. Além disso, a FEBRABAN é uma instituição preocupada com a transparência de suas informações repassada aos seus diversos usuários, ao ponto da mesma ter sido a primeira instituição brasileira a elaborar e publicar a Demonstração de Valor Adicionado no Brasil, no ano de 1993.

Durante esta pesquisa, foram investigadas, quais são as principais informações socioambientais evidenciadas nos relatórios de responsabilidade social publicados pela FEBRABAN durante o período de 1993 a 2008. Portanto, inicialmente, buscou-se compreender o fenômeno investigado, através de um estudo bibliográfico e exploratório a respeito de: responsabilidade social, balanço social, demonstração do valor adicionado e

evidenciação das informações socioambientais. Cooper e Schindler (2003, p.364) analisam este tipo de estudo inicial e relatam:

Na maioria dos casos, a fase de exploração começa com uma busca na literatura – uma revisão de livros e de artigos de revistas ou literatura profissional relacionados ao problema de administração. Uma busca em literatura exige o uso de um catálogo de uma biblioteca on-line e um ou mais bancos de dados ou índices bibliográficos. Para alguns tópicos, pode ser útil consultar primeiro um manual ou enciclopédia especializada a fim de estabelecer uma lista de termos, pessoas ou fatos importantes que influenciaram o tópico e também determinar quais são as principais publicações e quem são os principais autores.

A posterior a esse estudo foi realizado uma pesquisa documental e descritiva a fim de responder o problema de pesquisa formulado. A escolha da pesquisa documental para a realização deste estudo ocorreu pelas seguintes razões:

Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem de pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas. (GIL, 2006, p.46)

È importante ressaltar que o procedimento de coleta de documentos de uma instituição não é simples e muita vez demanda autorização formal. Alguns relatórios de Responsabilidade Social (2002 a 2008) estavam disponíveis na internet, porém, os relatórios do período de 1993 a 2001 não estavam disponíveis, sendo necessário entrar em contato com a FEBRABAN solicitando os mesmos. Portanto, foi elaborada uma carta de cooperação acadêmica, na qual foi mencionado o objetivo principal dessa pesquisa, bem como solicitado os relatórios não disponibilizados no sítio da organização.

Após o envio dos relatórios de RS não disponibilizados no sítio institucional, pelo setor de Superintendência de Comunicação Social da FEBRABAN ocorreu a segunda etapa da coleta e dados. Inicialmente foi realizada uma análise preliminar dos relatórios durante o período de 1993 a 2008. Após esta análise preliminar foi criado um formulário de coleta de dados, a fim de garantir a padronização dos dados coletados, bem como, contribuindo para a elaboração de tabelas e gráficos, através dos quais serão apresentados os achados da pesquisa. O fato dos dados coletados através de um formulário documental e ter sido submetidos a tratamento estatístico, essa pesquisa quanto a natureza é classificada como quantitativa.

4. RESULTADO EMPIRICO

Nesta seção do artigo são apresentados os resultados obtidos através do estudo empírico.

4.1 INFORMAÇÕES DO BALANÇO DE RECURSOS HUMANOS

Com base nos achados da pesquisa, durante o período de 1993 a 2002, não foi evidenciado nos RRS as informações sobre o gênero dos colaboradores da FEBRABAN. O gráfico 1 demonstra, no período de 2004 a 2007, o número de mulheres foi aumentando gradualmente, reduzindo assim a diferença entre gêneros, evidenciando que a FEBRABAN tem uma preocupação em respeitar as diversidade de gêneros. Já durante o período de 1993 a 2001 não foram evidenciados nos relatórios informações sobre a existência de colaboradores negros. O gráfico 2 informa que no período de 2005 a 2008 ocorreu um aumento no número de colaboradores negros. Todavia, é importante ressaltar, que o percentual de funcionários

negros ainda é pequeno se comparando com o percentual de negros composto pela população brasileira.

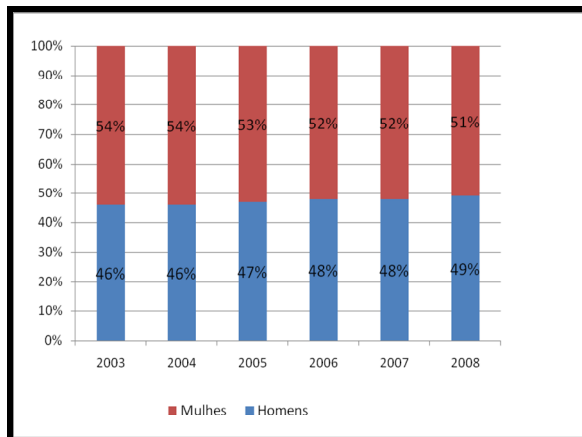


Gráfico 1 – Evolução Percentual do número de funcionários por gênero

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

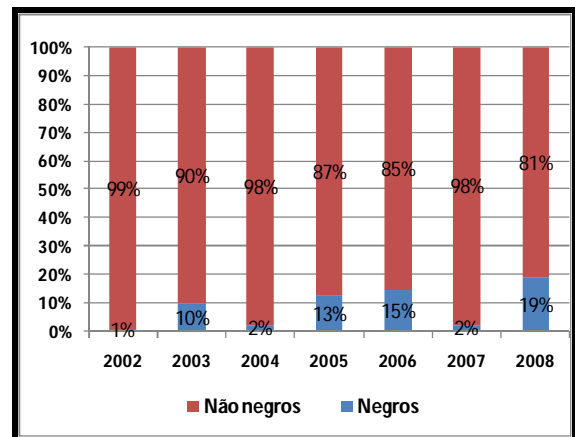


Gráfico 2 – Evolução Percentual do quantitativo dos funcionários negros e não negros.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

Somente após 2002, a FEBRABAN passou a divulgar a composição do seu quadro de colaboradores internos por tempo de casa. Os achados da pesquisa, demonstrados através do gráfico 4, evidencia um crescimento significativo do quantitativo de funcionários de até 5 (cinco) anos de casa, chegando a ultrapassar a 40% do total de funcionários, no período de 2005 a 2007. Todavia, em 2008, essa categoria teve uma redução para menos de 10%, em razão do envelhecimento do quadro funcional, aumentando consecutivamente o aumento da categoria de funcionários entre 5 e 10 anos. Além disso, A categoria dos funcionários entre 10 e 20 anos, no período estudado, apresentou uma redução durante o período de 2001 a 2007, voltando a crescer em 2008, corroborado para o fato dos bancos estarem preservando seus funcionários mais antigos de casa, já a categoria de funcionários com mais de 20 anos de casa aumentou no período de 1993 a 2008 (Vide gráficos 3 e 4).

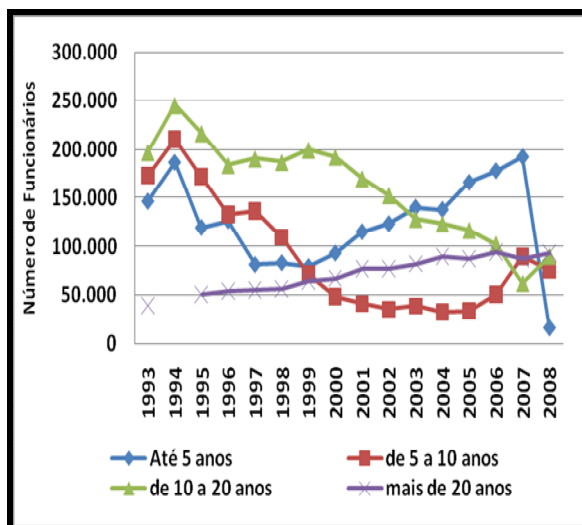


Gráfico 3 – Tempo de trabalho dos funcionários ligados a FEBRABAN

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

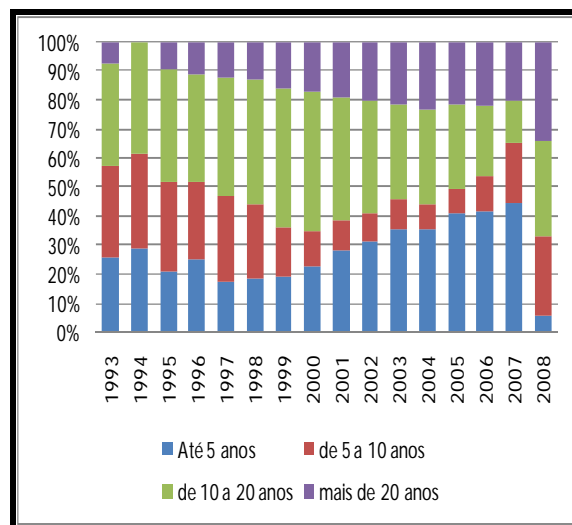


Gráfico 4 – Evolução da distribuição do quadro funcional da FEBRABAN durante o período de 1993 a 2008.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

Outra informação sobre o balanço de Recursos Humanos encontrados nos Relatórios de Responsabilidade Social (RRS) foi a distribuição do quadro funcional por faixa etária de idade. Entretanto, é importante ressaltar, durante 16 anos, apresentou as categorias de faixas etárias, portanto, estes dados serão demonstrados através do gráfico 5 e gráfico 6. O achado da pesquisa demonstrado no gráfico 6 evidenciam que:

a) Os funcionários com idade até 19 anos, com proteção legal, não era tão representativo pelos bancos, representando menos que 5% do total dos colaboradores;

b) Os funcionários, com idade entre 20 e 29 anos, entre os anos de 1993 e 1994, correspondiam 40% do quadro de pessoal. No final de 2002, verificou este quadro como apenas 25%;

c) Os colaboradores, na faixa etária entre 30 e 39, correspondiam um pouco mais de 40% do efetivo de pessoal, porém teve uma também uma redução, ao ponto de em 2002 este grupo somente representar 30% dos colaboradores;

d) Referente à faixa etária entre 40 e 49 anos, verificou-se um aumento considerável, pois no ano de 1993, esse grupo corresponde à aproximadamente 15% do total efetivo, em 2002, o mesmo grupo, passou a 35%. Percebe-se então, diante desta evidência, os bancos estão mantendo investimento no seu pessoal mais antigo, aproveitando assim, sua experiência e valorização pelos serviços desempenhados para o crescimento profissional;

e) Um item de grande atenção, também é o número de funcionários com 50 anos ou mais, dos quais vem aumentando sua representatividade na empresa, ou seja, no início da pesquisa, em 1993, correspondia a 2% do quadro de pessoal e já no ano de 2002 este quadro evoluiu para um pouco mais de 5%, provando mais uma vez à procura pelos bancos manter os funcionários antigos de casa.

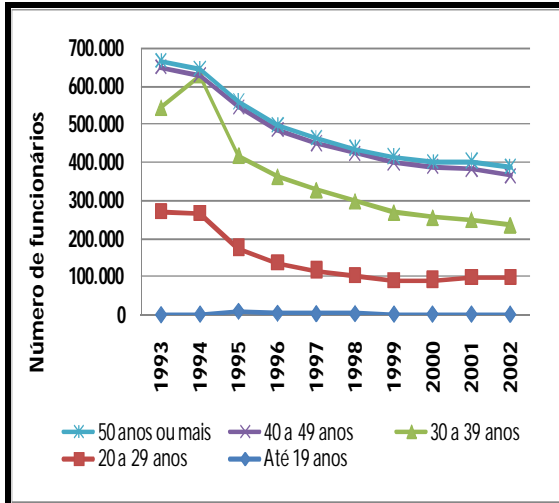


Gráfico 5 – Evolução do quantitativo de funcionários por faixa etária de idade no período de 1993 a 2002.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

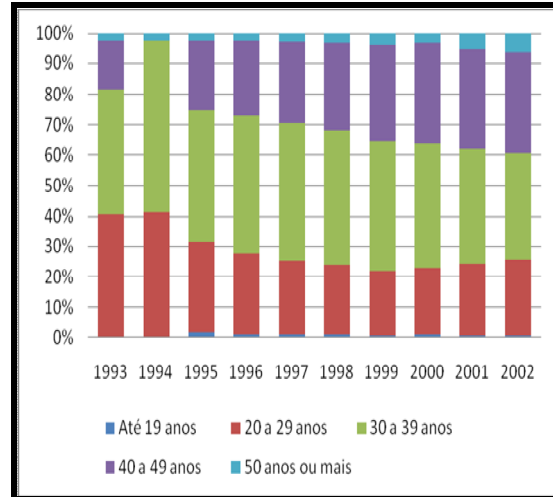


Gráfico 6 - Evolução da distribuição do corpo funcional por faixa etária durante o período de 1993 a 2002.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

A partir de 2003, conforme gráficos 10 e 11 abaixo, houve uma mudança na faixa etária divulgada pelos bancos, conforme segue:

- De 18 a 25 anos, no ano de 2003, correspondia a 15% do pessoal. No ano de 2008, percebeu-se uma estabilização, passando a representar 12% quadro de pessoal;
- De 26 a 35 anos, houve uma permanência, sem muitas alterações, mantendo em aproximadamente 30% do quadro de pessoal;
- De 36 a 45 anos, também se manteve o quantitativo de pessoal nesta faixa etária, demonstrando com isso, a valorização da empresa com seus funcionários mais antigos;
- De 46 a 55 anos, houve uma evolução. No ano de 2003, eram 18%, percentual que passou para 21%, em 2008. Desta forma, percebe-se uma evolução considerável na permanência de pessoas com mais tempo de casa;
- Com 56 anos ou mais, percebe-se um desenvolvimento considerável. Fato dado através do aumento da expectativa de vida das pessoas nos últimos anos. Os bancos vem aproveitando esta situação para manter em seu quadro essas pessoas com mais idades e experiência.

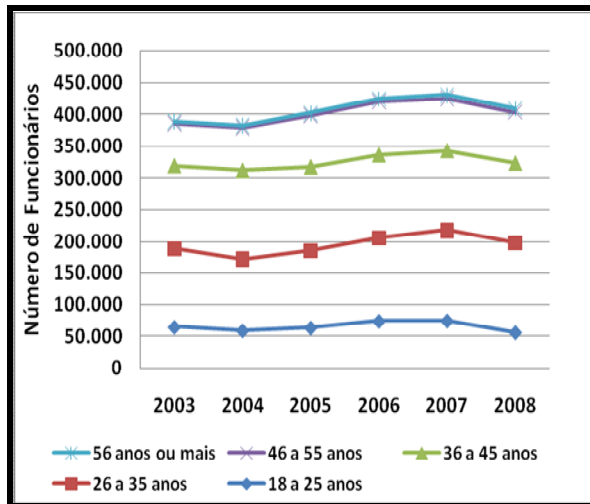


Gráfico 7 – Evolução do quantitativo de funcionários por faixa etária de idade no período de 2003 a 2008.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

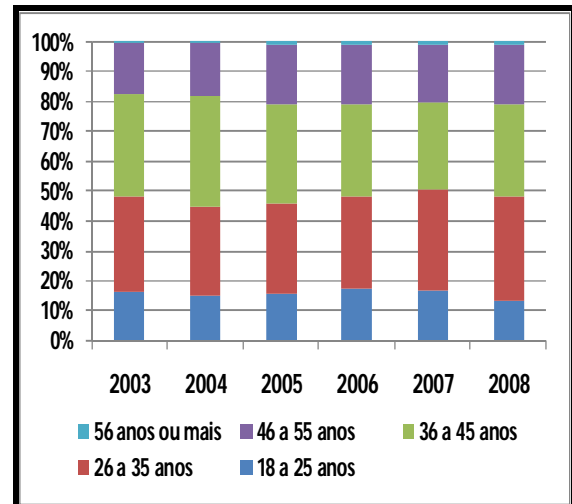


Gráfico 8 – Evolução da distribuição do corpo funcional por faixa etária durante o período de 2003 a 2008.

Fonte: Pesquisa documental, 2010. .

Os Relatórios da FEBRABAN, durante os 16 anos pesquisados, demonstram outra informação ligada ao balanço de recursos humanos, o nível de escolaridade de seus funcionários. Durante o período de 1993 a 2008 houve uma diminuição considerável do número de funcionários com 1º grau, chegando em 2007 a ter menos de 4.000 funcionários com esse nível de escolaridade. O número de funcionários com 2º grau completo, também apresentou redução, com destaque no ano de 2005, quando ocorreram concursos públicos nos bancos públicos federais, os quais admitiram muitos funcionários com o curso superior. Contudo, a maior atenção é com relação ao crescimento de funcionários com curso de mestrado e doutorado, o qual apresentou taxa de crescimento durante todo período estudado, saindo de 1993 de uma taxa em torno de 1% para uma taxa de aproximadamente 12% em 2008 (Vide gráfico 9).

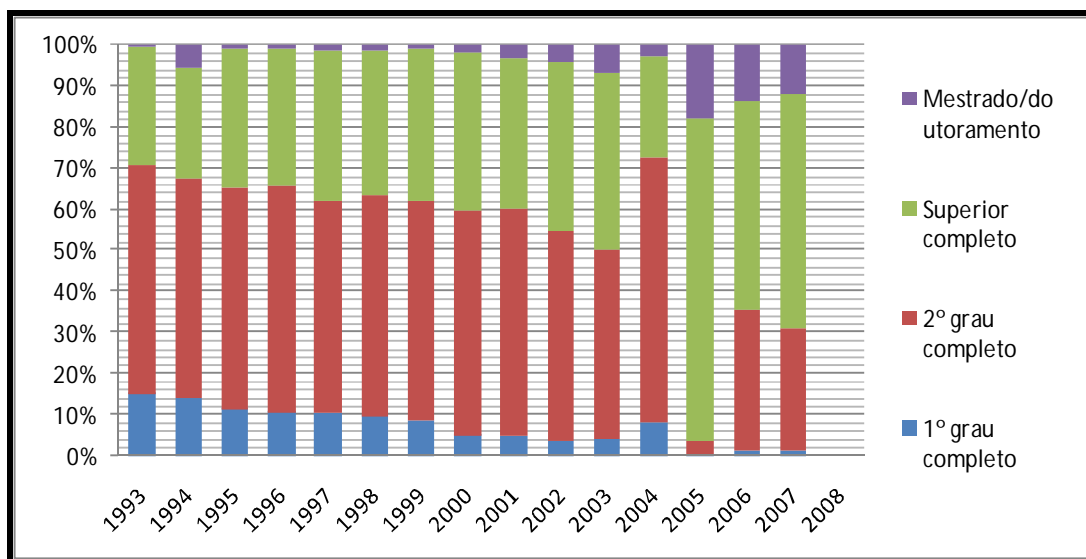


Gráfico 9 – Nível de Escolaridade dos Funcionários

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

4.2. INFORMAÇÕES DAS AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA A COMUNIDADE (O PÚBLICO EXTERNO)

As instituições bancárias vêm cada vez mais investindo em ações de responsabilidade social, neste caso em ações sociais voltadas para a comunidade. Em razão da falta de padronização das informações de responsabilidade social voltadas para o público interno em alguns anos, só foi possível comparar os investimentos em ações para a comunidade no período de 2002 a 2008. A tabela 1 mostra os indicadores sociais externos, os quais apontam os investimentos nas ações de responsabilidade social voltada para a comunidade. Verifica-se que em 1º lugar a FEBRABAN priorizou investimento na área de educação voltada para o público externo, e em 2º lugar gastos com esporte. Em 3º lugar têm-se os valores investidos no desenvolvimento comunitário, o qual teve um investimento acentuado nos anos de 2004, 2007 e 2008.

Tabela 1- Investimentos em ações sociais voltadas para o público externo (sociedade)

Ações para comunidade	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Assist. Social / Filantropia	6.159	2,6	6.528	1,6	1.700	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Combate a fome e segurança alimentar	0	0,0	8.900	2,1	6.900	1,9	145.800	30,3	600	0,1	2.000	0,5	200	0,0
Defesa de Direitos	3.423	1,4	1.623	0,4	1.700	0,5	2.800	0,6	82.100	17,1	2.600	0,6	200	0,0
Desenvolvimento Comunitário	2.146	0,9	2.181	0,5	46.400	12,5	13.800	2,9	5.700	1,2	50.600	11,6	53.700	9,8
Educação	211.695	88,2	200.179	47,8	232.400	62,6	219.600	45,6	273.700	56,9	334.800	76,8	375.500	68,3
Erradicação do trabalho infantil	0	0,0	22.300	5,3	100	0,0	100	0,0	200	0,0	100	0,0	28.600	5,2
Esporte	7.083	3,0	168.239	40,1	75.800	20,4	93.900	19,5	113.000	23,5	36.900	8,5	79.000	14,4
Saúde	8.783	3,7	7.680	1,8	5.000	1,3	3.900	0,8	3.900	0,8	5.400	1,2	6.600	1,2
Voluntariado	684	0,3	1.432	0,3	1.300	0,4	1.300	0,3	1.500	0,3	3.700	0,8	6.000	1,1
TOTAL	239.973	100,0	419.062	100,0	371.300	100,0	481.200	100,0	480.700	100,0	436.100	100,0	549.800	100,0

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

Quanto à prioridade de investimentos sociais voltados para a comunidade, conforme tabela 1, foi a área de educação. Em razão, deste foco em educação, uma vez que em todos os anos, do período de 2002 a 2008, pelo menos 45% dos recursos destinados ao público externo foram destinados a educação, ao longo deste estudo buscou-se verificar: quais eram o foco destes investimentos educacionais. Portanto, a tabela 2 mostra que, os projetos sociais em educação que barganharam a maior parcela de recursos foram os voltados para a educação formal, ou seja, educação acadêmica. Em segundo lugar, aparece a os projetos voltados para a formação profissional, o qual teve um aumento de gradativo de recurso aplicado, saindo da faixa de 9,1% em 2004 e chegando a 33,7% em 2008. Além da preocupação com a formação acadêmica e a formação profissionalizante a FEBRABAN, também destinou recursos para os projetos educacionais com foco nas atividades complementares a sala de aula, cujo recurso aplicado chegou a representa no período de 2004 a 2008 aproximadamente 12% em média do total de recursos aplicado em educação.

Tabela 2- Investimentos em ações sociais voltadas para a educação da sociedade

Educação	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Apoio a bibliotecas e incentivo à leitura	0	0,0	900	0,4	900	0,4	5.000	2,3	16.100	5,9	14.800	4,4	2.300	0,6
Atividades complementares à escola	0	0,0	10.600	5,3	22.600	11,3	27.500	12,5	28.700	10,5	49.300	14,7	40.700	10,8
Educação (formal)	168.614	79,6	183.727	91,8	182.900	91,4	139.000	63,3	177.500	64,9	167.900	50,1	200.600	53,4
Erradicação ao analfabetismo	0	0,0	3.900	1,9	7.700	3,8	17.600	8,0	5.500	2,0	8.400	2,5	5.500	1,5
Formação Profissionalizante	43.081	20,4	1.052	0,5	18.300	9,1	30.500	13,9	45.900	16,8	94.400	28,2	126.400	33,7
	211.695	100,0	200.179	100,0	232.400	116,1	219.600	100,0	273.700	100,0	334.800	100,0	375.500	100,0

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

4.3. INFORMAÇÕES DAS AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA O MEIO AMBIENTE

Com base no gráfico 10, é possível notar a FEBRABAN, com um investimento, cada vez maior em ações de responsabilidade social voltadas para o meio ambiente, mesmo a atividade principal dos bancos não agredindo diretamente o meio ambiente. Durante o período de 1993 a 2001, não contém nos relatórios de responsabilidade social informações sobre gastos com o meio ambiente. Todavia, os relatórios de 2002 ao de 2008 a FEBRABAN evidenciou o investimento dos seus recursos em projetos ambientais. Esse investimento vem aumentando a cada ano, ao ponto de em 2008, a instituição, investir 46.600 milhões em projetos ambientais.

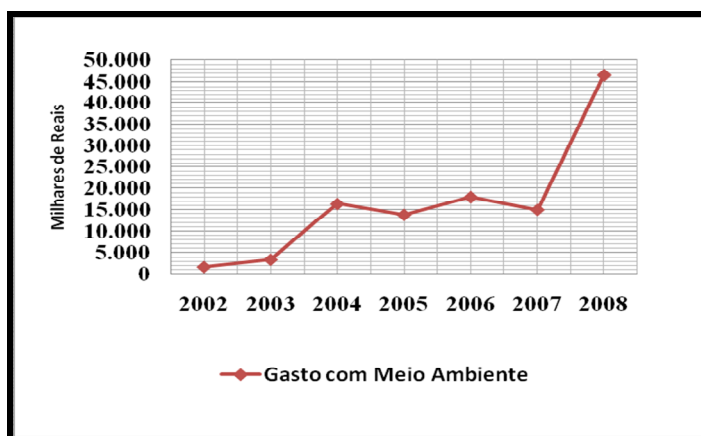


Gráfico 10 – Gasto com projetos ambientais no período de 2002 a 2008.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

4.4. USO DE RECURSOS GRÁFICOS PARA EVIDENCIAR AS INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Durante a pesquisa notou-se que o número de páginas dos relatórios teve aumento nos anos de 1994, 1996, 1998, 1999, 2003, 2004 e 2006. Nos anos de 2004 e 2008, o relatório da FEBRABAN apresentou os números máximos de páginas, sendo 120 e 162 páginas respectivamente. No último quinquênio o número mínimo de páginas dos relatórios foi de 60 (sessenta). Esses números demonstram a preocupação da FEBRABAN, nos últimos anos, na demonstração de um número maior de informações sobre sua gestão socioambiental. Tal afirmação se justifica também, pelos números de informações sobre a administração de pessoas, estas, já citadas na seção de análise de resultados, somente evidenciadas após o ano de 2001.

Conforme *Arunachalam et al (apud MUIÑO e TROMBETTA, 2009)*, geralmente os usuários centralizam a sua atenção nas imagens retratadas em gráficos e ignoraram os valores numéricos. Ressalta-se a constatação como proveniente de um estudo realizado com estudantes. Entretanto, seu teor não é totalmente inválido, uma vez que, também foi detectado que analistas nem sempre fazem uso de todas as informações disponíveis.

Um ponto interessante a considerar, através de Matarazzo (2010) é o uso de gráficos, pois eles podem auxiliar na simplificação de conclusões mais complexas. Além do mais, segundo Muiño e Trombetta (2009), os gráficos são processados com bastante facilidade pelos usuários. Em razão do exposto no parágrafo anterior, procurou-se constatar o uso de gráficos, quadros e ilustrações para evidenciar as informações socioambientais. Os achados da pesquisa demonstram que em média a FEBRABAN utiliza 1 gráfico a cada página e que quanto se

refere aos quadros e ilustrações, que as instituições utilizar em média quadro ou uma ilustração a cada página e meia (Vide gráficos 11 e 12).

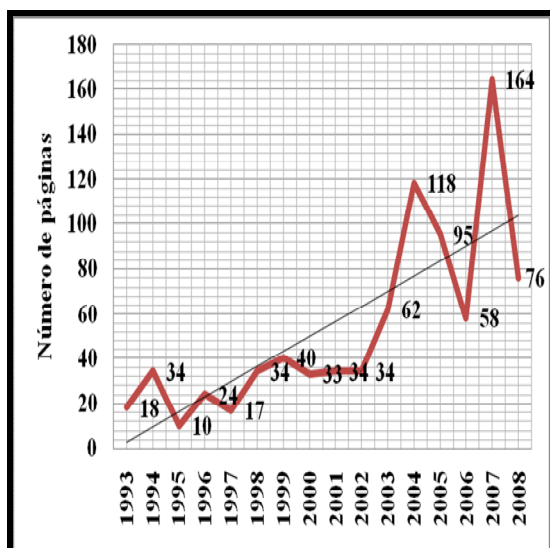


Gráfico 11 - Evolução do número de páginas por relatório.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

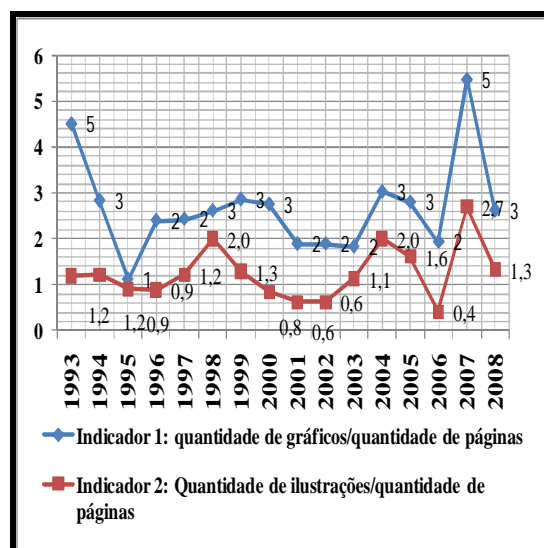


Gráfico 12 - Quantidade de gráficos ou ilustrações por página de relatório.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

4.5 INFORMAÇÕES SOBRE A RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA

O valor adicionado evidencia a riqueza gerada pela organização durante determinado período, no caso contábil, um exercício financeiro. Com base nisso, procurou-se através da análise quantitativa, o quanto de riqueza foi gerada durante o período de 1993 a 2008. As descobertas da pesquisa, os quais são evidenciados no gráfico 13, mostram no período de 1993 a 1995, monetariamente, o valor adicionado como um valor constante. Em 1997, ocorreu uma redução do valor adicionado, ou seja, a FEBRABAN teve sua capacidade de geração de riqueza reduzida. Nos anos posteriores a 1996, exceto, o ano de 2001, a FEBRABAN apresentou monetariamente um aumento na riqueza gerada.

O gráfico 14 demonstra como a FEBRABAN está distribuindo sua riqueza:

- Para o indicador Recursos Humanos, entre 1993 e 1998, era quem mais tinha participação na distribuição desses valores, correspondente a 75%. Após esse período, sofreu uma redução no decorrer dos anos subsequentes e, já no ano de 2008, sua participação era pouco mais de 37%.
- Parte da riqueza destinada ao Governo, com participação em torno de 21%, no ano de 1993, também teve uma redução gradativa na sua participação, chegando em 2008, a receber apenas 17% do valor adicionado a distribuir.
- A distribuição da riqueza gerada para os acionistas, no ano de 1993 foi de 3%. Durante todo o período do estudado este percentual foi aumentando, a ponto de no final de 2008, este percentual já ser de 44,65%, ficando evidente a prioridade dos bancos de distribuir a maior parcela de sua riqueza para seus acionistas.

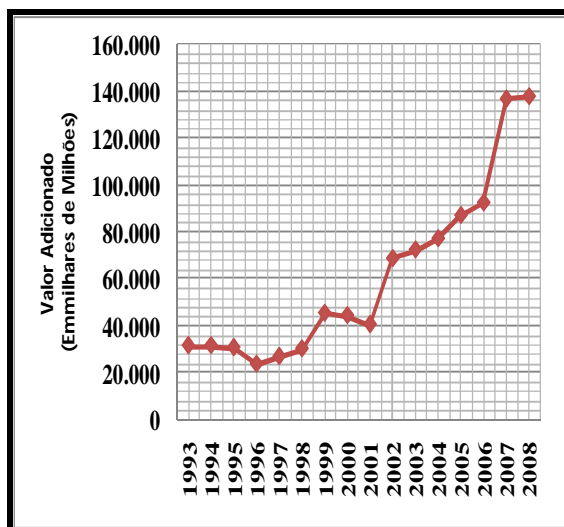


Gráfico 13 - Evolução do valor adicionado (riqueza gerada) durante o período de 1993 a 2008.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

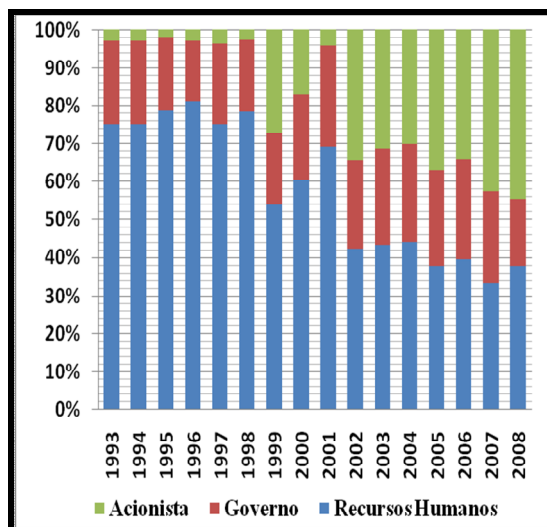


Gráfico 14 – Evolução percentual da distribuição do valor adicionado (riqueza gerada) por agente beneficiado durante o período de 1993 a 2008.

Fonte: Pesquisa documental, 2010.

5. CONCLUSÃO

Esta seção apresenta as conclusões obtidas com estudo realizado nos relatórios de responsabilidade social da FEBRABAN, durante o período de 1993 a 2008.

Com base nos objetivos definidos na introdução deste artigo, verificou-se que a FEBRABAN utiliza vários indicadores sociais para evidenciar os investimentos sociais, tais como: o valor adicionado aplicado dentro da organização e a distribuição de valor adicionado para os seus agentes beneficiados. No caso da FEBRABAN: o governo, funcionários e acionistas; o valor investido em: educação, esporte, alimentação, bem como em meio ambiente. Além disso, utiliza informações do corpo funcional no formato de indicador, tais como: a quantidade de funcionários total, quantidade de funcionários da cor negra, quantidade de mulheres e quantidade de homens, quantidade de funcionários por faixa etária de idade e quantidade de funcionários por tempo de casa, etc. Contudo, as duas últimas informações divulgadas não constam no modelo IBASE de balanço social.

Com base no achado da pesquisa, verificou-se também, a FEBRABAN, em todo o período estudado, entre 1993 e 2008, utilizando-se de recursos gráficos, quadros e ilustrações para evidenciar suas ações de responsabilidade social. Em média, a FEBRABAN utiliza a cada 03 (três) páginas 01 (um) gráfico e a cada 01 e ½ página um quadro ou uma ilustração, ficando evidenciado que a FEBRABAN utiliza recursos gráficos para melhor expor seus resultados aos seus diversos usuários.

Outro objetivo definido na introdução deste artigo foi o de identificar nos relatórios, o nível de detalhamento das ações de responsabilidade social de forma quantitativa e evolutiva. Este objetivo específico foi pouco alcançado em razão da falta da padronização nos relatórios de responsabilidade social da FEBRABAN. Com base nisto, somente as informações referentes ao corpo funcional e ao valor adicionado é que foi possível comparar de um período para outro.

Com relação às informações do corpo funcional, ou seja, das ações voltadas para os seus funcionários, seus colaboradores, foi constatado a evidenciação dos seguintes dados

quantitativos, durante o período estudado, com relação aos colaboradores: os números no quadro funcional da organização, a faixa etária, o tempo de trabalho na instituição, o nível de escolaridade, dentre outros. Quanto às informações referentes ao valor adicionado foi demonstrado: o valor adicionado a distribuir em valor monetário, bem como, em valor monetário e em percentual a distribuição do valor adicionado (riqueza gerada) para os seus agentes beneficiados (funcionários, governo e acionistas).

Com base nos dados quantitativos citados nos dois parágrafos anteriores, para demonstrar sua relação social com os funcionários, a FEBRABAN se utilizou dos indicadores do corpo funcional, bem como, do percentual da distribuição de riqueza volta para os funcionários. Em quase todos os 16 anos estudados, excetos as anos de 2007 e 2008, foi maior do que para outro agente beneficiado.

O objetivo principal do trabalho foi descobrir como a FEBRABAN utiliza as informações dos relatórios de responsabilidade social para evidenciar essas ações junto à comunidade (público externo), a seus colaboradores (público interno) e ao meio ambiente. Com base nas descobertas da pesquisa, constatou-se que a FEBRABAN utiliza informações de indicadores sociais, os quais, em sua maior parte, estão contidos no modelo de balanço social do IBASE. Todavia, não ocorreu uma padronização na divulgação dos indicadores, com exceção dos indicadores já citados nesta seção. Além disso, dentro do próprio relatório social da FEBRABAN foi encontrada nos 16 anos de estudo: a demonstração do valor adicionado, onde a organização evidencia o quanto de riqueza foi gerado durante o ano e como esta riqueza foi distribuída entre seus diversos agentes (funcionários, governo e acionistas).

6. REFERÊNCIAS

ASHLEY, P.A. (Coord.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORRÊA, F. T. B. S. e MEDEIROS, J. R. C. **Responsabilidade Social Corporativa para quem?** In: Responsabilidade Social nas Empresas: a contribuição das universidades. V. 2. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2003.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

GIL. Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUIMARÃES, Heloísa Werneck Mendes. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. *Revista de Administração de Empresas*. v. 24, n. 4, p. 211-219, out./dez 1984.

HENDRIKSEN, Eldon S. e BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1998.
MOREIRA, Joaquim M. **A Ética Empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MUIÑO, Flora; TROMBETTA, Marco. Does graph disclosure bias reduce the cost of equity capital? **Accounting and Business Research**, v. 39, n. 2, p.83-102, 2009. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com>>. Acesso em: 30 Mar. 2010.

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**. V. 24, n° 4, p. 203-210, out/dez 1984.

SROUR, Robert H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.